

ENTRE VISTA DE *Quinta*

‘Não dá para esperar que as coisas simplesmente melhorem sozinhas’

Gustavo G. Jorge, especialista em controladoria, fala sobre situação econômica de Ribeirão e defende necessidade de maior controle institucional sobre gestão e fim da burocracia

EDUARDO SCHIAVONI
redacao@jornalribeirao.com.br

Formado pela Universidade de São Paulo (USP), com graduação em Economia Empresarial e Controladoria e em Ciências Contábeis, Jorge atuou como diretor da Secretaria de Inovação e Desenvolvimento de Ribeirão Preto na gestão Duarte Nogueira liderando projetos voltados ao desenvolvimento econômico e à modernização da gestão pública, e é categórico: a atual situação da Coderp, com dívida de mais de cem milhões, irá impactar a situação econômica da prefeitura. “A questão não é se haverá impacto, mas qual será sua magnitude e em que horizonte temporal ele se manifestará”, avalia.

Nascido e criado em Ribeirão e amante de leitura - especialmente biografias e relatos de viagens, considera o contato com as pessoas fundamental em qualquer área - inclusive as finanças públicas. Sócio da VG Consulting, empresa especializada em consultoria econômica e elaboração de cálculos jurídicos, ele vê Ribeirão em uma situação menos complexa do que a registrada na gestão Dárcy Vera no quesito contas públicas, mas que faltam ferramentas de controle. “Não dá para esperar que as coisas simplesmente melhorem sozinhas”, avalia.

Jorge defende aumento na eficiência da burocracia estatal. Ele já participou de projetos desenvolvidos em parceria com o Banco Mundial e contribuiu para a formulação de planos econômicos e estratégias de desenvolvimento para municípios brasileiros e garante: é possível fazer. “Quando che-

gam ao serviço público e encontram processos lentos e burocráticos, sentem essa diferença imediatamente. E é justamente essa expectativa do cidadão que deve servir de referência para a administração pública”, defende. Confira os principais trechos da entrevista.

JORNAL RIBEIRÃO — Recentemente, a prefeitura anunciou que pretende extinguir de forma definitiva a Coderp, que passa, há mais de uma década, por uma situação complexa, inclusive com um passivo milionário. A administração municipal sofrerá impacto em razão desse cenário?

Victor G. Jorge - A questão não é se haverá impacto, mas qual será sua magnitude e em que horizonte temporal ele se manifestará. Do ponto de vista fiscal, qualquer município que absorva um patrimônio líquido negativo superior a R\$ 100 milhões deve conduzir esse processo sob monitoramento rigoroso dos indicadores de endividamento, liquidez e sustentabilidade fiscal, independentemente de sua classificação atual de capacidade de pagamento.

No caso de Ribeirão Preto, o desafio é potencializado pelo contexto em que a absorção da Coderp ocorre. A incorporação de seus passivos acontece justamente no momento em que a administração municipal busca consolidar um ajuste fiscal estrutural, com foco na redução da dívida fundada, no fortalecimento do resultado primário e na recuperação da capacidade de investimento. Ao mesmo tempo, os passivos da companhia — de na-

tureza tributária, contratual, trabalhista e patrimonial — tendem a produzir efeitos de forma gradual e, muitas vezes, pouco perceptível no planejamento orçamentário de curto prazo.

Essa característica dificulta o acompanhamento de seus impactos reais e aumenta o risco de que parte do esforço de desalavancagem fiscal seja progressivamente absorvida por obrigações herdadas da empresa, sem que esse processo se reflita de maneira imediata.

O setor de governança e controladoria é apontado por muitos especialistas como um ponto central de qualquer gestão pública. Como analisa a questão?

A governança e a controladoria são fundamentais para qualquer gestão pública séria. E eu não enxergo isso como burocracia. Pelo contrário: é o que garante que o dinheiro público seja bem utilizado e que os resultados realmente cheguem à população. Na minha visão, esse é um setor que precisa ser valorizado, ter autonomia e contar com profissionais preparados. Uma controladoria forte não atrapalha a gestão. Ela dá mais segurança para o gestor, ajuda a evitar erros e contribui para decisões mais responsáveis.

Ribeirão passou por uma situação financeira complicada durante a gestão Dárcy Vera, em termos administrativos. A cidade está mais preparada, hoje, a lidar com os desafios nesse campo?

Quando a gente olha os números, os dados mostram

uma evolução importante. Comparando as demonstrações financeiras da Prefeitura entre 2016 e 2025, é possível perceber avanços concretos. A receita prevista para 2026 é de R\$ 5,4 bilhões, mais que o dobro dos R\$ 2,2 bilhões registrados em 2016. Outro dado importante é que, pela primeira vez desde 2022, a projeção da dívida de longo prazo aponta para uma redução. E o balanço patrimonial mais recente mostra que, para cada real de obrigação de curto prazo, o município possui R\$ 2,16 em caixa.

Isso demonstra que Ribeirão Preto está hoje em uma posição mais sólida e com menor risco de inadimplência com servidores, fornecedores e demais credores. Mas equilíbrio fiscal é algo que precisa ser cuidado todos os dias. Não é porque os números melhoraram que podemos relaxar.

Na sua visão, que medidas deveriam ser implementadas para garantir mais transparência e eficiência ao poder público?

Para mim, transparência e eficiência são temas que devem andar juntos. No caso da transparência, cumprir a lei é obrigação. Mas eu acredito que isso, sozinho, não é suficiente. A sociedade precisa participar e acompanhar mais de perto a administração pública.

Ribeirão Preto já teve uma experiência interessante alguns anos atrás, quando o Comitê Municipal da Transparência apresentou um projeto de lei específico sobre o tema. Infelizmente, a proposta não avançou, mas acredito que essa discussão merece ser retomada.

da. E a tecnologia pode ajudar muito nisso.

Já a eficiência depende muito da postura do gestor. Não dá para esperar que as coisas simplesmente melhorem sozinhas. Hoje, as pessoas estão acostumadas com serviços extremamente rápidos e eficientes no dia a dia. Usam aplicativos de banco, delivery, streaming, inteligência artificial.

Quando chegam ao serviço público e encontram processos lentos e burocráticos, sentem essa diferença imediatamente. E é justamente essa expectativa do cidadão que deve servir de referência para a administração pública.

Como as ferramentas de compliance e controle podem ser aplicadas na administração? Dê um exemplo.

Eu gosto de resumir o compliance de uma forma simples: é criar mecanismos para evitar problemas antes que eles aconteçam, em vez de apenas punir depois. Um exemplo prático está nas licitações. Hoje, com o apoio da tecnologia, é possível fazer cruzamentos automáticos de dados, identificar empresas impedidas de contratar com o poder público, verificar possíveis conflitos de interesse e analisar o histórico dos fornecedores. Isso reduz riscos, aumenta a transparência e dá mais segurança para quem está administrando.

No fim das contas, compliance não é um custo adicional nem um excesso de controle. É uma proteção para o gestor que quer fazer a coisa certa e uma garantia maior para a sociedade de que os recursos públicos estão sendo bem utilizados.



Victor G. Jorge, graduado em economia e especialista em finanças públicas

Divulgação